



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0007401-50.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **Jose Mario Oliveira da Cruz**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Vistos.

JOSÉ MÁRIO OLIVEIRA DA CRUZ pediu a condenação de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS** ao pagamento de indenização correspondente ao seguro DPVAT, por lesão grave sofrida em acidente de trânsito ocorrido no dia 11 de maio de 2011.

Citada, a ré contestou o pedido, aduzindo a necessidade de integração da lide por **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S. A.**, arguindo a ausência de documentos essenciais e inexistência de incapacidade funcional.

O processo foi saneado, repelindo-se a preliminar arguida.

Determinou-se a realização de exame médico-pericial, que no entanto não aconteceu porque o autor, sem justificativa, deixou de comparecer.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Julgo preclusa a prova pericial, uma vez que o autor, injustificadamente, não compareceu a perícia médica, e seu advogado, instado a se manifestar, ficou-se inerte.

Julgo antecipadamente a lide, conforme prescreve o artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, uma vez que não há necessidade de produzir prova em audiência. Somente as provas documental e pericial (esta, não realizada pela preclusão, ante a inércia e desinteresse da parte autora) são pertinentes à lide.

Sustenta o autor padecer de incapacidade funcional decorrente de acidente de veículo automotor, com direito então à percepção da verba indenizatória prevista na Lei nº 6.194/74, atinente ao chamado Seguro DPVAT.

A indenização acaso devida decorre não apenas do sinistro, mas da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

existência de incapacidade funcional, o que induz a necessidade de avaliação pericial.

Sucede que o autor não compareceu ao exame designado e não apresentou prova convincente de padecer de incapacidade justificadora do pleito. O advogado do autor, instado a se manifestar, quedou-se inerte.

Existe nos autos apenas um relatório médico descrevendo as lesões sofridas (fls.10), o que por si só não indicam débito funcional.

O acolhimento do pedido dependia da confirmação pericial de existência de incapacidade funcional e de sua quantificação. A prova pericial ficou prejudicada por inércia do autor.

Se o autor, na inicial, afirma certos fatos porque deles pretende determinada consequência de direito; esses são os fatos constitutivos que lhe incumbe provar sob pena de perder a demanda. A dúvida ou insuficiência de prova quanto a fato constitutivo milita contra o autor. O juiz julgará o pedido improcedente se o autor não provar suficientemente o fato constitutivo de seu direito (Vicente Greco Filho, Direito Processual Civil Brasileiro, Ed. Saraiva, 1989, 2º volume, página 183).

Diante do exposto, **rejeito o pedido** e condeno o autor, **JOSÉ MÁRIO OLIVEIRA DA CRUZ**, ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, desde que comprovadas, e dos honorários advocatícios do patrono da contestante, por equidade fixados em R\$ 724,00 corrigido desde a época do ajuizamento. A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

P.R.I.C.

São Carlos, 04 de junho de 2014.

Daniel Felipe Scherer Borborema
 Juiz de Direito Auxiliar

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**